

Filhos a mais: descendências numerosas e a questão do (não) planeamento dos nascimentos

Vanessa Cunha (Investigadora do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

RESUMO

Sustentada num novo paradigma contraceptivo, a reprodução conjugal é hoje uma arena de livres escolhas: os casais podem decidir se querem ter filhos, *quantos* querem ter e *quando* os querem ter. Não obstante esta tendência, há ainda na sociedade portuguesa uma desigual distribuição de recursos e competências na população, nomeadamente a competência a nível da vigilância contraceptiva. Por conseguinte, os *filhos a mais* – que estão ancorados em contextos sociais mais desfavorecidos – consubstanciam situações em que o “acidente” na trajectória reprodutiva conduz à constituição de descendências numerosas, descendências essas que superam os próprios ideais de fecundidade orientados pela «norma dos 2 filhos».

Palavras-chave: *planeamento familiar, descendências numerosas, ideais de fecundidade, desigualdades sociais*

ABSTRACT

Based on a new contraceptive paradigm, marital reproduction is nowadays an arena of free choice: couples may decide *if* they want to have children, *how many* they want to have and *when* they want to have them. Despite this trend, there's still an unequal distribution of resources and skills in the Portuguese population, namely regarding expertise in contraceptive surveil-

lance. Therefore, in less privileged social settings – where the resources and the skills are lower – we can find the reality of *too many children*: the “accident” in couple's reproductive trajectory leads to large offspring. Offspring that exceed the fertility ideals of Portuguese families oriented to the «two children norm».

Keywords: *family planning, large offspring, fertility ideals, social inequalities*

Se houve um acontecimento do século XX que inaugurou mudanças sem precedentes no campo da reprodução humana, este foi, sem margem para dúvida, a invenção/difusão de métodos anticoncepcionais de elevada eficácia, em particular da “pílula” hormonal mas também do dispositivo intra-uterino (DIU). Os efeitos desta verdadeira revolução – que ficou conhecida, nas ciências sociais, por «segunda revolução contraceptiva»¹ (Leridon *et al.*, 1987; Segalen, 1999) – fizeram-se notar tanto a nível *macro*, na paisagem demográfica das sociedades europeias, com a conhecida inflexão da curva da fecundidade, como a nível *micro*, nas experiências reprodutivas dos casais. Com efeito, esta contracepção inovadora – feminina, de elevada fiabilidade e independente do acto sexual – veio operar duas grandes mudanças na esfera da intimidade conjugal: a transferência do ónus do controlo da fecundidade do homem, a quem competia tradicionalmente, para a mulher²; e a dissociação entre sexualidade e reprodução. Neste novo quadro contraceptivo, ter filhos deixa

(1) Por analogia à «primeira revolução contraceptiva», que consistiu na generalização, na época moderna, da prática do coito interrompido no quadro da vida conjugal, com repercussões nos níveis de fecundidade das sociedades europeias.

(2) O coito interrompido foi, até recentemente, uma prática bastante generalizada. Era o homem que tinha que “ter cuidado”, para prevenir a gravidez indesejada.

de ser uma consequência inevitável (ou mesmo uma finalidade inquestionável) da vida em casal, pelo que a reprodução passa a ser entendida enquanto arena que está legítima e desejavelmente sujeita a livres escolhas: se querem ter filhos, *quantos* querem ter e *quando* os querem ter.

Contudo, há na realidade uma normatividade social muito forte em relação a esta matéria: por um lado, porque a concepção actual de família repousa sobretudo no laço parental e na sua perenidade e menos no laço conjugal, que é hoje manifestamente mais instável (Barthélémy *et al.*, 1986; Théry, 1993); por outro, porque ter filhos ainda é uma das peças centrais da construção da identidade adulta, pelo que a maternidade e a paternidade continuam a ser desafios quase irrecusáveis (Almeida *et al.*, 2004; Cunha, 2007/prelo; Landa, 2005). Mas se assim é, a verdade é que a *livre escolha* está, afinal, muito orientada para a «norma dos dois filhos», ideal de descendência que tem vindo a afirmar-se ao longo das últimas décadas no panorama europeu, em substituição de ideais mais numerosos, de três ou quatro filhos, ainda frequentes nos anos 70 do século XX (Cunha 2007; Testa, 2002).

Ora, esta «norma ideal dos dois filhos», assim como a baixa fecundidade, o adiamento intencional da transição para a parentalidade e a vigilância contraceptiva baseada na suspensão tendencialmente prolongada da fertilidade feminina, são traços fundamentais da modernização da fecundidade contemporânea, que modelam também as experiências reprodutivas das famílias portuguesas (Cunha, 2007/prelo; Frejka, 2008).

Mas há outro traço que caracteriza igualmente a nossa fecundidade, que é o seu desenho característico em U quando equacionada à luz dos capitais escolares (Oliveira, 2007). Por outras palavras, ela é mais elevada em contextos sociais muito e pouco qualificados e mais baixa nos sectores intermédios. Não obstante as

tendências de modernização acima referidas, este facto demonstra que o campo da reprodução também é palco de condutas heterogêneas que reflectem diferentes disposições perante a fecundidade, mas sobretudo a desigual distribuição de recursos e competências sociais na população portuguesa, nomeadamente a competência a nível da vigilância contraceptiva para garantir a adequação das práticas às aspirações.

Ora, a partir dos resultados de um inquérito nacional do final dos anos 90 vamos dar conta, justamente, das articulações entre o planeamento dos nascimentos, a dimensão das descendências e os ideais de fecundidade das mulheres portuguesas³.

Uma primeira leitura de alguns indicadores sobre fecundidade permite confirmar de imediato a forte adesão à «norma dos dois filhos» na sociedade portuguesa, tanto a nível dos ideais como das práticas (quadro 1). De forma breve podemos dizer que se trata de um modelo de descendência (*ideal abstracto*) ao qual a maioria das mulheres aspira, ou seja, deseja para si antes mesmo de serem mães (*ideal inicial*), e que muitas efectivamente concretizam (*descendência actual*).

Quadro 1 - Ideais de fecundidade e descendências (% e média) – Continente, 1999 «FPC»

	Ideal abstracto	Ideal inicial	Descendência actual
1 filho	2	14	23
2 filhos	65	67	54
3 filhos	28	12	16
≥ 4 filhos	5	6	7
Total	100	100	100
<i>média</i>	2,33	2,16	2,09

Não obstante esta tendência, duas outras notas se impõem, revelando a coexistência de realidades antagó-

(3) Trata-se da investigação «Famílias no Portugal Contemporâneo», que foi desenvolvida pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE sob a coordenação científica de Karin Wall. O instrumento de recolha da informação foi um inquérito por questionário aplicado em 1999 a uma amostra representativa de mulheres portuguesas residentes no Continente (1776 casos) com idades entre os 25 e os 49 anos, a viverem em casal e com filhos co-residentes em idade escolar (Wall, 2005). Uma das arenas da vida familiar que procurámos conhecer foi, portanto, a da fecundidade das famílias, a partir da articulação de várias dimensões de análise sociologicamente relevantes: a das práticas, com indicadores de calendário e de planeamento dos nascimentos; a das representações e aspirações, com os projectos e os ideais; e ainda a das tensões, com os desfasamentos entre o que se idealiza num dado momento e o que se concretiza no campo da reprodução (Cunha, 2007).

nicas na fecundidade portuguesa contemporânea. A primeira prende-se com o evidente quadro de restrição da fecundidade à medida que passamos de um registo mais abstracto para o das práticas efectivas: se o *ideal abstracto* de família se revê nas descendências de dois filhos ou, ainda com alguma expressão, de três filhos (média=2,33); e se o *ideal inicial* reflecte já alguma antecipação das dificuldades em reproduzir aqueles modelos de descendência, nomeadamente a nível do 3º filho (média=2,16); as *descendências* propriamente ditas são ainda mais contidas, (média=2,09), destacando-se o peso significativo do filho único⁴. A segunda nota destoa, então, da primeira, pois prende-se com a constatação que também há uma franja da população, se bem que aparentemente pequena, que tem mais filhos do que idealizou inicialmente, se compararmos o peso das descendências numerosas (de 3 e mais filhos) na amostra por relação aos ideais iniciais (23% contra 18%).

Mas para conhecer com mais rigor os desfasamentos que têm lugar nesta arena recorreremos a um procedimento estatístico simples que compara os resultados dos ideais iniciais e das práticas, tornando possível saber quantas inquiridas concretizaram os seus objectivos, quantas ficaram aquém e quantas foram além dos mesmos. De forma sugestiva, quantas tiveram *filhos a menos* e quantas tiveram *filhos a mais* (quadro 2). E o que constatamos é que se há uma coincidência entre eles na maioria dos casos, nos restantes há de facto um desfasamento, que se traduz muitas vezes num resultado que fica aquém dos objectivos anteriores à maternidade, mas também, em 17% dos casos, num resultado que supera esses mesmos objectivos. E quando temos em conta o número de filhos das inquiridas percebemos, claramente, que a realidade dos *filhos a mais* marca em concreto as descendências numerosas: 55% das inquiridas que têm 3 filhos e 82% das que têm 4 ou mais filhos idealizavam, efectivamente, ter menos. Por seu lado, as descendências de filho único consubstanciam a realidade dos *filhos a menos*, na medida em que estas mães queriam, em regra, ter mais (68%), e as descendências de 2 filhos tra-

duzem a realização do ideal inicial (76%), confirmando a importância da «norma dos dois filhos» na sociedade portuguesa.

Quadro 2 - Desfasamento entre ideal inicial e descendência, segundo a descendência (%) – Continente, 1999 «FPC»

Desfasamento	Descendência				
	Todas	1 filho	2 filhos	3 filhos	≥ 4 filhos
Descendência = Ideal inicial	58	32	76	34	9
Descendência ← I. i. (<i>filhos a menos</i>)	26	68	15	11	9
Descendência → I. i. (<i>filhos a mais</i>)	17	0	10	55	82
Total	100	100	100	100	100

Se estes resultados poderão configurar situações em que houve uma reavaliação dos projectos iniciais, pois as decisões no domínio da fecundidade não são necessariamente estáveis ao longo da trajectória reprodutiva, a verdade é que também é preciso equacionar o impacto das dificuldades a nível do planeamento familiar no desenho final das descendências mais numerosas (de 3 e mais filhos).

São, justamente, estes cenários distintos que queremos mapear e dar a conhecer e, para tal, vamos analisar um indicador que é o *planeamento do último nascimento* das inquiridas (quadro 3)⁵. Com efeito, no caso dos *filhos a mais* (em que a prática superou o ideal inicial), podemos pensar que um último nascimento planeado significa que houve um reequacionamento desse primeiro projecto. Por outras palavras, em algum momento da trajectória reprodutiva, para 25% destas mulheres passou a fazer sentido ter pelo menos mais 1 filho. Mas para a grande maioria (75%), o último nascimento não foi efectivamente planeado, apontando para a falência da vigilância contraceptiva. O peso do “acidente” reprodutivo é aqui muito significativo, em comparação com a sua ocorrência nas outras duas situações.

(4) Aliás, este facto é um traço característico da nossa paisagem demográfica no contexto europeu (Frejka, 2008).

(5) O questionário não contemplou questões sobre o recurso à contracepção. Apenas se perguntou se os nascimentos foram planeados ou não, ou seja, se a inquirida procurou engravidar ou engravidou “acidentalmente” em relação a cada um deles. Tratou-se de uma inquirição às práticas que não pretendia avaliar a dimensão do desejo.

Quadro 3 - Planeamento do último nascimento, segundo o desfasamento entre ideal inicial e descendência (%) – Continente, 1999 «FPC»

Desfasamento	Último nascimento		
	Planeado	Não planeado	Total
Descendência = Ideal inicial	70	29	100
Descendência ← I. i. (filhos a menos)	72	28	100
Descendência → I. i. (filhos a mais)	25	75	100
Todas *	53	47	100

* Quando teve mais do que 1 nascimento

E quando cruzamos o planeamento do último nascimento com a dimensão da descendência confirmamos, então, que o “acidente” na trajectória reprodutiva é em grande medida responsável pela constituição de descendências numerosas (quadro 4), descendências estas que não marcam ao acaso as famílias portuguesas e sim aquelas que, por combinarem fracos capitais sociais com fracas competências a nível da vigilância contraceptiva, se encontram mais distantes do processo em marcha de modernização da fecundidade contemporânea.

Quadro 4 - Planeamento do último nascimento, segundo a descendência (%) – Continente, 1999 «FPC»

Desfasamento	Último nascimento		
	Planeado	Não planeado	Total
1 filho	-	-	-
2 filhos	65	35	100
3 filhos	31	69	100
≥ 4 filhos	13	87	100
Todas *	53	47	100

* Quando teve mais do que 1 nascimento

Com efeito, é nas famílias com menos capitais escolares – nomeadamente quando as inquiridas têm no máximo o antigo ensino primário⁶ – que as descendências

numerosas são mais comuns (quadro 5): 31% destas mulheres tiveram 3 ou mais filhos. Aliás, ter uma descendência numerosa é aqui mais frequente do que ter um filho único, ao contrário do que sucede em todos os outros níveis de ensino.

Quadro 5 - Dimensões da fecundidade (descendência, planeamento, ideal inicial e desfasamento), segundo o nível de ensino (%) – Continente, 1999 «FPC»

Dimensões da fecundidade	Nível de ensino				
	Todos	Nenhum e primário	Preparatório e unificado	Secundário	Superior
Descendência					
1 filho	23	17	30	31	24
2 filhos	54	53	54	57	59
3 filhos	16	21	12	10	14
≥ 4 filhos	7	10	4	2	4
Total	100	100	100	100	100
Planeamento do último nascimento *					
Planeado	53	45	55	60	66
Não planeado	47	53	46	40	34
Total	100	100	100	100	100
Ideal inicial					
1 filho	14	15	14	15	8
2 filhos	67	71	68	62	60
3 filhos	12	10	12	13	20
≥ 4 filhos	6	4	6	10	12
Total	100	100	100	100	100
Desfasamento ideal inicial/descendência					
Descendência = Ideal inicial	58	59	58	54	56
Descendência ← I. i. (filhos a menos)	26	18	27	36	38
Descendência → I. i. (filhos a mais)	17	23	15	11	6
Total	100	100	100	100	100

* Quando teve mais do que 1 nascimento

(6) A distribuição da amostra pelos diferentes níveis de ensino reflecte a realidade das fracas qualificações escolares da população portuguesa: 44% das inquiridas têm o ensino primário (actual 1º ciclo do ensino básico) ou mesmo nenhum; 34% têm o ensino preparatório ou o ensino unificado (actuais 2º e 3º ciclos do ensino básico); 11% têm o ensino secundário; e 11% têm o ensino superior (o que inclui licenciatura completa ou incompleta; bacharelato e ensino médio; pós-graduação, mestrado e doutoramento).

Nestas famílias é grande, portanto, o desencontro entre os ideais e as práticas: ideais dos mais contidos, que traduzem a convicção de que para garantirem o bem-estar dos filhos não deveriam ter mais do que 1 ou 2 (Cunha, 2007)⁷; e práticas marcadas pela fracas competências a nível da vigilância contraceptiva, que conduzem a trajetórias reprodutivas “acidentadas” e à realidade dos *filhos a mais*⁸.

EM SÍNTESE

Numa altura em que as sociedades ocidentais e os seus poderes políticos se debatem com a questão dos baixos níveis da fecundidade e tentam inverter a tendência ensaiando diferentes instrumentos de incentivo à natalidade, consideramos que não podemos deixar na sombra outra realidade que ainda convive com esta no quadro da fecundidade portuguesa contemporânea e que é a realidade dos *filhos a mais*.

Na verdade, se importa reflectir seriamente sobre os obstáculos que se colocam hoje aos indivíduos na realização das suas *opções* no campo da reprodução (até porque são relativamente modestas, já que convergem para a «norma dos 2 filhos»), e em particular os obstáculos que são ditados pelos próprios calendários da fecundidade cada vez mais tardios, também importa reflectir sobre as razões que ainda arredam tantos casais da tendência geral de modernização dos comportamentos reprodutivos, nomeadamente no que respeita ao recurso eficiente da contracepção.

Em suma, é preciso continuar a pensar sobre o que ainda está por fazer no domínio da educação sexual (não só dirigida aos jovens, mas também a uma população adulta em idade reprodutiva), de modo a que o planeamento familiar – consagrado enquanto direito básico na Constituição Portuguesa há mais de três décadas – se transforme numa verdadeira ferramenta de *escolhas* legítimas na esfera da reprodução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Ana Nunes (coord.), Duarte Vilar, Isabel André e Piedade Lalanda (2004), *Fecundidade e Contracepção. Percursos de Saúde Reprodutiva das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Barthélémy, Martine, Anne Muxel e Annick Percheron (1986), “Et si je vous dis famille...Note sur quelques représentations sociales de la famille”, *Revue Française de Sociologie*, XXVII, pp. 697-718.
- Cunha, Vanessa (2007), *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Cunha, Vanessa (prelo), “Projectos de paternidade e a construção da fecundidade conjugal” in Karin Wall e Sofia Aboim (orgs.), *A Vida Familiar no Masculino: Novos Papéis, Novas Identidades*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Frejka, Tomas (2008), “Parity distribution and completed family size in Europe: incipient decline of the two-child family model?”, *Demographic Research*, vol. 19, pp.47-72.
- Lalanda, Piedade (2005), “Transições familiares e identidade das mulheres”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 363-391.
- Leridon, Henri et al. (1987), *La Seconde Révolution Contraceptive. La régulation des naissances en France de 1950 à 1985*, Paris, INED/PUF.
- Oliveira, Isabel Tiago (2007), “Fecundidade e Educação”, *Revista de Estudos Demográficos*, nº 40, pp.5-19.
- Segalen, Martine (1999), *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar.
- Testa, Maria Rita (2002), *Attitudes of Europeans Towards Fertility: Ideals, Desires, Intentions and Realizations*, Report for Eurobarometer 56.2, Viena, Institute for Demography/Austrian Academy of Sciences (policopiado).
- Théry, Irène (1993), *Le Démariage: Justice et Vie Privée*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- Wall, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

(7) Daí serem as inquiridas mais escolarizadas que idealizavam inicialmente ter mais filhos, por pensarem que conseguiriam garantir o bem-estar de um maior número de filhos.

(8) O questionário não contemplou perguntas sobre a IVG. Eventualmente haverá, nestas famílias, uma combinação de comportamentos reprodutivos menos seguros com uma maior disponibilidade para acolher uma gravidez não planeada. Importa avançar com mais pesquisas que permitam compreender a maior ou menor abertura em relação à gravidez não planeada (afinal tão frequente na sociedade portuguesa como os dados desta investigação demonstram) e os contextos sociais/quadros de valores que influenciam essas diferentes disposições.